

ARTICULAÇÃO EXTENSÃO E PESQUISA PARA CONSTRUÇÃO DA INTERSETORIALIDADE ENTRE POLÍTICAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PARANÁ

EXTENSION AND RESEARCH INTERFACE FOR THE CONSTRUCTION OF INTERSECTORALITY BETWEEN SOCIAL POLICIES IN THE MUNICIPALITY OF TOLEDO - PARANÁ

Zelimar Soares Bidarra - Pós-doutora em Educação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - zelimar@yahoo.com.br

Eugênia Aparecida Cesconeto - Pós-Doutoranda em Serviço Social - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - eucesconeto@gmail.com

RESUMO

O trabalho trata da ação de construção da articulação intersetorial entre as políticas sociais da área da criança e ao adolescente no município de Toledo/Paraná. O objetivo é apresentar e refletir sobre alguns resultados da investigação-ação, obtidos por meio da observação sistemática (participante), sendo as autoras membros da Equipe de Mobilização da “Rede Intersetorial de Proteção Social de Toledo/PR (RIPS/Toledo)” *locus* de uma ação da extensão universitária. O argumento central consiste na compreensão de que a ação intersetorial é construída coletivamente, através da pactuação entre profissionais que atuam na resolução de problemas complexos da área da infância, com vistas a viabilizar uma gestão centrada no cidadão, que minimiza os conflitos e amplia aprendizados. Através da ação interventiva (extensão) referenciada pela pesquisa-ação foi possível identificar, analisar e atuar sobre os fatores que têm dificultado e inibido sua construção, entre eles: o espontaneísmo na associação e frágil agregação teórica sobre o significado e as exigências para a intersetorialidade.

Palavras-chave: Políticas públicas. Extensão. Pesquisa. Intersetorialidade.

ABSTRACT

This paper deals with the action of constructing intersectoral interface between the social policies in the domain of child and adolescent in the municipality of Toledo/Paraná. The objective is to present and reflect on some results of the action research, obtained through systematic observation (participant). The authors are members of the Mobilization Team of the “*Intersectoral Social Protection Network of Toledo/PR (RIPS/Toledo)*”, locus of a university extension action. The central argument is the understanding that intersectoral action is built collectively through the agreement between professionals who work in solving complex problems in the area of childhood, with a view to enabling citizen-centered management that minimizes conflicts and broadens learning. Through the intervention action (extension) referenced by the action research, it was possible to identify, analyze and act on the factors that have hindered and inhibited its construction, among them: spontaneity in association and fragile theoretical aggregation about the meaning and requirements for intersectorality.

Keywords: Public policies. Extension. Research. Intersectorality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contém algumas das reflexões e resultados de uma pesquisa que se propõe a identificar, analisar e atuar sobre os fatores que têm dificultado e inibido a construção de ações articuladas em nível intersectorial e em redes no âmbito da efetivação da política de garantia dos direitos de crianças e adolescentes. A pesquisa foi constituída no âmbito das ações de extensão universitária desenvolvida por docentes do curso de Serviço Social, no projeto de extensão “Projeto de Apoio às Políticas de Proteção à Criança e ao Adolescente (PAPPCA)”, cadastrado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) em 2011, mediante as quais se articula a extensão e a pesquisa com a finalidade de produzir conhecimentos e de fornecer alternativas de superação para as condições que interferem nos exercícios profissionais que têm papel estratégico nas políticas de atendimento a criança e ao adolescente no município de Toledo-PR.

Os gestores e profissionais que atuam nos contextos da implementação dessas políticas não costumam discordar quanto à imperiosa necessidade de se avançar, mediante patamares mais consistentes, para a organização intersectorial do trabalho no âmbito de interferência dessas políticas. Ainda que por prerrogativas diferenciadas, sejam as de motivação economicista ou as de fundo político.

Certamente que uma resposta unilateral não é suficiente para justificar o quão benéfico tende a ser o resultado da pactuação intersectorial para a operacionalização dos serviços e benefícios tornados acessíveis pelas políticas públicas, uma vez que deve se levar em consideração as condições que a determinam e a explicam. Para alcançar tal resultado deve-se combinar as motivações econômicas e políticas, uma vez que a intersectorialidade é preferível porquê: a) investe numa lógica de organização da prestação de serviços, a qual está pautada num tipo de gestão que considera o cidadão e busca superar a fragmentação das políticas sociais; b) investe no aprendizado entre profissionais de diferentes áreas disciplinares que precisam construir formas sobre como lidar com as tensões produzidas quando se tem dife-

rentes setores e atores, com diferentes concepções de mundo¹, tendo que negociar e construir respostas compartilhadas para os problemas que lhe são comuns.

Dessa forma, atuar na perspectiva da intersectorialidade significa ter a capacidade de compartilhar responsabilidades e de organizar as atribuições necessárias à realização de uma tarefa de grande complexidade, para a qual é preciso contar com igual compromisso dos sujeitos sociais envolvidos em tal processo.

Encontrar mecanismos e caminhos que favoreçam a construção da ação intersectorial e em rede ainda representa um imenso desafio para os profissionais cujas intervenções materializam as ações, os serviços e os programas de diferentes políticas públicas. Nesse sentido, docentes do curso de Bacharelado em Serviço Social da Unioeste, inseridos no âmbito de uma experiência interventiva que articula a extensão e a pesquisa, passaram a interagir com um grupo diverso de profissionais que, também está integrado por assistentes sociais, atuam em diferentes políticas públicas e nessa interação incorporaram a pesquisa-ação com a finalidade de investigar e fornecer referências que contribuam com o aprimoramento de intervenções profissionais intersectoriais. A partir disso, se quer alcançar melhor eficácia e resolutividade para as problemáticas que circunscrevem as situações de violações de direitos e violências perpetradas contra indivíduos em situação de vulnerabilidade, dentre esses encontram-se as crianças e adolescentes do município de Toledo - Paraná.

A ARTICULAÇÃO ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PESQUISA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL

A ação de extensão universitária, por vezes, se configura como um desafio aos processos de construção e de sistematização de conhecimentos que contêm o potencial de aproximar sujeitos sociais que costumam estar em campos políticos diferenciados (BOURDIEU, 2002) mas, na totalidade sociopolítica, vivem sob as mesmas relações objetivas. Sendo assim, mediante as iniciativas de extensão pode-se contribuir para que a universidade, em sua inserção social, consiga expressar a pluralidade de funções do conhecimento e que ele se ponha como fator decisivo nos processos de integração e transformação social. Desse modo, a universidade não pode prescindir de conjugar o ensino teórico e prático, a pesquisa e a extensão, principalmente quando se trata da formação profissional em Serviço Social, tendo em vista tratar-se de uma profissão eminentemente interventiva.

Como argumenta Yasbek (2009, p. 161), o diálogo com matrizes de pensamento social é necessário para subsidiar os processos de elaboração de respostas profissionais aos desafios postos pela realidade social. Tais respostas não são homogêneas, mas devem ser criativas e competentes. Principalmente, porque através dessas respostas se materializa a representação social do exercício profissional. E, no caso do exercício profissional do Serviço Social está-se comprometido com o combate e a superação das desigualdades sociais, expressas sob a forma fenomênica de expressões da "questão social".

Importa saber as formas pelas quais o exercício profissional na docência em Serviço

1 Gramsci (1987) entende que uma "concepção do mundo" está impregnada das condições históricas, das experiências e das estratégias para as lutas políticas empreendidas pelos sujeitos. Nesse sentido, a "concepção do mundo" não se refere às vivências individuais e expectativas subjetivas, mas trata do modo como se constrói, nas e através das experiências, coletivamente compartilhadas, as possibilidades de redefinição das inúmeras visões de mundo particulares que os sujeitos assimilam e carregam como parte da sua herança histórico-cultural. Lembrando Marx: os homens são aquilo que vivem, sentem e experimentam nas condições objetivas e concretas das suas vidas, no seu tempo histórico.

Social, mediante a articulação entre as dimensões da extensão universitária e da pesquisa, pode contribuir com os processos de enfrentamento às expressões da “questão social”. No caso do trabalho em tela, a intervenção profissional está acoplada ao Projeto de Extensão PAPPCA, projetada para lidar com as expressões que vitimam parcelas importantes de crianças e adolescentes brasileiros e que desafiam cotidianamente os profissionais, cujas intervenções são responsáveis por concretizar o Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) que é um elemento constitutivo da arquitetura da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, e que se encontram previstos na lei específica que expressa o compromisso internacional do Brasil com a proteção integral da Infância, intitulada como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8069/1990 (BRASIL, 1990 e atualizações).

O papel da universidade como instituição social, catalizadora de saberes e práticas, é relevante na interlocução com os atores (expressão original impressa nos documentos da área)² que compõem esse sistema. Sob a perspectiva das dimensões interventiva e investigativa do Serviço Social pode-se fomentar a capilaridade das ações entre os atores institucionais que trocam experiências e saberes com vistas ao acúmulo, a difusão e a disseminação de conhecimentos em regiões mais remotas. Sendo essa uma condição para que processos de transformação social ganhem visibilidade e concreticidade.

Portanto, somos assistentes sociais que, na condição do exercício profissional na docência, realizam a extensão universitária e a pesquisa e temos investido na criação de espaços e condições que favorecem a maior interlocução e apoio aos órgãos envolvidos com a formulação e a operacionalização das políticas públicas da área da infância, as quais devem estar comprometidas com a efetivação das demandas da garantia dos direitos e da proteção integral para a criança e o adolescente. Uma vez que na sociedade brasileira se tem experimentado uma série de dificuldades para a garantia dos direitos humanos fundamentais estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, é preciso avançar nas disputas políticas e na superação dos entraves que condenam à marginalização a criança e o adolescente das camadas pobres da população (BIDARRA, 2011).

Por meio da articulação extensão-pesquisa dá-se materialidade aos parâmetros éticos que caracterizam o lugar social da profissão de Serviço Social, quando referenciada pela perspectiva da intenção de ruptura, quais sejam: 1) o de possuir uma inserção na sociedade comprometida com os valores democráticos e com a consolidação dos direitos sociais; 2) o de atuar para construir as bases democrático-participativas em processos de elaboração e de implementação das políticas públicas pelos atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e 3) o de reafirmar o compromisso da universidade pública e gratuita em trabalhar para ampliar a informação e facilitar as posturas políticas para a defesa dos direitos fundamentais de crianças (BIDARRA, 2011).

Para Iamamoto (1997, p. 53); Wanderley (2005, p. 163) e Yasbek (2009, p. 158), mediante a articulação extensão-pesquisa, universidade-sociedade, criam-se condições para a (re)descoberta de alternativas e possibilidades para o trabalho profissional e a formação universitária que transcendem conhecimentos científicos, por vezes estanques em áreas de saber e, que não se configuram em conhecimento-emancipação.

Partindo-se de tal articulação, configuram-se horizontes para a formulação de propostas interventivas no âmbito das políticas públicas que melhor caracterizem as perspectivas da intersectorialidade e do trabalho em redes, para que se possa favorecer ao usufruto de direitos

² A configuração do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) da criança e do adolescente está expressa na Resolução nº 113/2006/CONANDA, no Capítulo I, Artigo 1º, atualizada pela Resolução nº 117/2006/CONANDA. (BRASIL/CONANDA, 2006).

por crianças e adolescentes, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam e têm direito à preservação e conquista das suas vidas, das suas humanidades e de ambientes melhores. Nesse sentido, o compromisso do exercício profissional dos assistentes sociais com a justiça social pode encontrar eco e produzir repercussão para fortalecer as interações com os aliados do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA-AÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA INICIATIVA INTERSETORIAL PARA A PROTEÇÃO SOCIAL

Com a finalidade de elaborar procedimentos que viabilizem medidas pactuadas e executáveis em fluxo para a concretização da proteção social, no ano de 2015 alguns profissionais de Serviço Social com atuação circunscrita no âmbito das políticas públicas decidiram investir na criação, mediante um projeto de intervenção, de uma prática por eles intitulada como “Rede Intersetorial de Proteção Social de Toledo/PR (RIPS/Toledo)” que contou com a participação e auxílio de membro integrante do PAPPCA. Essa prática é responsável por pensar estratégias e articular diálogos e pactuações sobre temáticas/problemas/demandas postas às estruturas executoras de políticas públicas para a construção de protocolos de atendimentos.

A constituição da experiência de construção de ação intersectorial para assegurar algumas dimensões da proteção social para sujeitos sociais, de diferentes segmentos etários e, que vivem em circunstâncias de vulnerabilidade social, de risco, de violação de direitos e de violências no município de Toledo, tem sido documentada mediante as “Memórias” (registros dos encontros e reuniões) e os trabalhos acadêmicos (comunicações e minicursos) formulados por membros da denominada Equipe de Mobilização (**EM**) para a Intersetorialidade da Rede Intersetorial de Proteção Social/RIPS-Toledo (PR). Importa esclarecer que as autoras desse trabalho são membros-integrantes dessa **EM**, por meio da concretização de ações do projeto de extensão universitária PAPPCA.

Contudo, para fins do presente trabalho, a dissertação que segue não se atém a narrativa da história e do funcionamento da RIPS/Toledo, mas foca-se na ação investigativa que tem sido experimentada nesse desafiante percurso de construção de iniciativas intersectoriais, a partir do Projeto de Pesquisa: “Pesquisa-ação com vistas ao levantamento e a minimização de situações obstrutoras ao processo de implantação da Rede Intersetorial de Proteção Social (RIPS) no município de Toledo (Paraná)”. Todavia, para esse fim não se pode prescindir de situar, breve e minimamente, o que se caracteriza como RIPS-Toledo³, para o quê se utiliza parte da elaboração documentada pela Equipe de Mobilização - **EM**.

O projeto RIPS surgiu diante da necessidade de aperfeiçoamento da interlocução entre as políticas públicas setoriais, com vistas a oferta de atendimentos melhores qualificados tecnicamente. A proposta se fortaleceu a partir da formação de uma “Equipe de Mobilização para a Intersetorialidade”, a qual passou a reunir-se com o intuito de pensar um “modelo” de estruturação de “Rede” adequado às especificidades do município de Toledo (PR), bem como estratégias para sua efetiva operacionalização, o que se encontra em curso. O desenvolvimento dessa proposta tem oportunizado momentos de interação entre profissionais de formação/áreas de atuação diversas, mobilizando-os e desafiando-os a formular e experimentar alternativas que vão na direção a uma prática intersectorial. Essa iniciativa de trabalho tem dado ocasião a um maior conhecimento dos órgãos e de suas

3 Desde a segunda metade do ano de 2015, o desenvolvimento do projeto de intervenção para a implantação da RIPS no município de Toledo (PR) compreende a atuação em parceria de profissionais de Serviço Social, Psicologia e Direito das seguintes instituições: Ministério Público do Estado do Paraná, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste.

respectivas atribuições para com a proteção social, bem como resultado na construção de fluxos e protocolos de atendimentos. (SASSON *et. al.*, 2016, p. 1).

É importante ter claro que a valorização da intersetorialidade e da constituição de redes é pertinente na medida em que a rede potencializa a atuação mais abrangente e multidisciplinar dos atores do Sistema de Garantia de Direitos, vinculados às diversas instituições, que têm o mesmo foco temático na consecução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Para que isso aconteça de forma real e partilhada, tem-se que articular e integrar o desenvolvimento das ações com as instâncias de articulação entre o poder público e organizações da sociedade civil, os conselhos de direitos, os conselhos tutelares e os juizados e promotorias de justiça. Assim, se altera a percepção das instituições como sendo, exclusivamente, órgãos centrais e hierárquicos. Isso permite compartilhar responsabilidades, objetivos e compromissos em prol do bem-estar da criança e do adolescente que envolvem fatores objetivos e subjetivos. Pois, tal como enfatizado por Guará, é necessária a “mobilização de vontades’ que possam viabilizar, apesar das dificuldades do percurso, os necessários pactos de complementaridade e de cooperação entre atores sociais, organizações, projetos e serviços” (2010, p. 13).

Para isso, os profissionais que atuam nas organizações e estabelecem relações contraditórias e de mútua influência devem, portanto, serem considerados “atores estratégicos que ocupam espaços onde a circulação e a estruturação de significados constituem um terreno sólido para forjar representações e práticas garantidoras de direitos humanos”, a partir da performance interna de cada área (BAPTISTA, 2012, p. 196).

Para fins de esclarecimento preliminar: corroboramos o entendimento de que a ação para a intersetorialidade compreende a articulação de saberes e de experiências para melhor agregar componentes ao planejamento e a execução de políticas públicas, com vistas a tornar efetivas as condições que proporcionam melhores níveis de desenvolvimento social (INOJOSA, 2001).

A decisão pela ação intersetorial traduz a intenção política em recusar a fragmentação e compartimentalização que caracterizam o ambiente das políticas públicas, para fins de investir num processo socialmente construído, o qual requer o conhecimento da realidade para poder dar vazão às requisições postas pelos usuários das políticas públicas aos diferentes exercícios profissionais que interagem e partilham compromissos (BIDARRA, 2009).

Entretanto, na realidade brasileira, o funcionamento das políticas públicas pouco tem sido feito com base em níveis de intersetorialidade. Apesar de exigências para a sua efetivação constarem em legislações sociais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seus artigos 86 e 87 que tratam do escopo e das vias para a concretização da Política de Atendimento e do Sistema de Garantia de Direitos; na Política de Assistência Social (PNAS), em seu Sistema Único de Assistência Social (SUAS), explicitado no rol de seus princípios organizativos (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS), como parte constitutiva da realização do princípio da integralidade.

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de

- negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;
- VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (BRASIL, ECA- 1990 – atualizações).

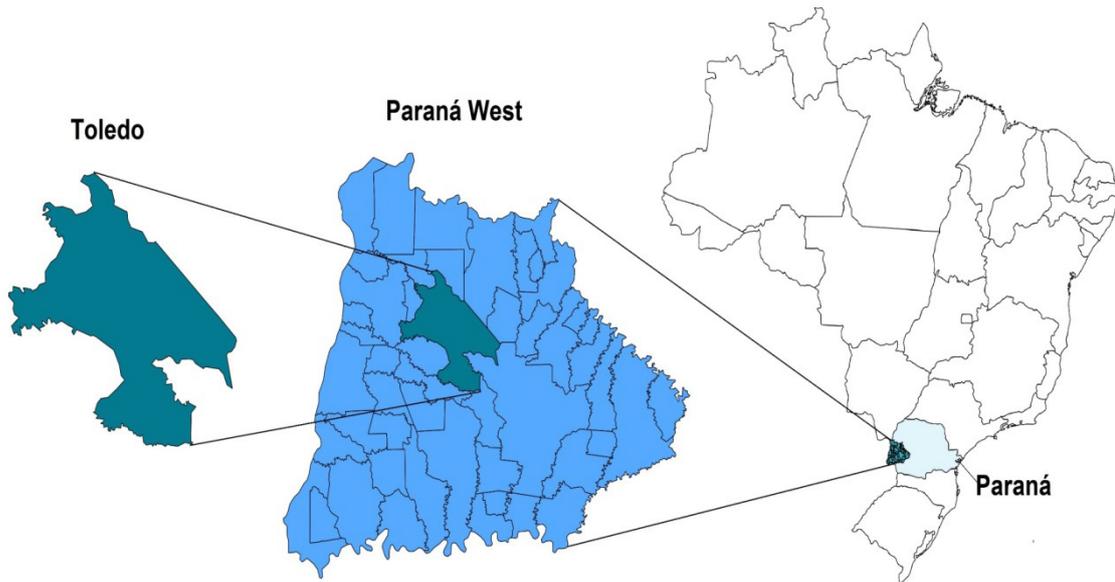
Dessa forma, são recorrentes as insatisfações para com a quantidade e a qualidade dos serviços ofertados por essas políticas. E se tais serviços traduzem o acesso e a concretização de direitos sociais, a impossibilidade e/ou a precariedade em usufruí-los torna frágil o exercício da cidadania. Daí a pertinência de investigar as formas pelas quais o exercício profissional do assistente social pode contribuir com a elaboração de propostas de ação intersetorial e em redes no campo das políticas públicas (BIDARRA, 2009).

Postas as considerações acima, informa-se que o processo de pesquisa-ação que está acoplado ao ambiente da RIPS/Toledo visa captar, decifrar e reconfigurar os sentidos dos comportamentos, das decisões profissionais e de rotinas estabelecidas de forma setorial e/ou individualizada que se constituam como fatores inibidores e/ou obstáculos à concretização de negociações e de pactuações que materializem a organicidade do trabalho intersetorial e em rede. Visto que: “[...] Os caminhos construídos pelos participantes das redes refletem o entrelaçamento de intenções e resistências nem sempre capturáveis pelo discurso explícito dos sujeitos”, mas de qualquer forma desencadeiam o processo de mudança e de superação almejados com base em decisões democráticas (GUARÁ, 2010, p. 15).

O município de referência da pesquisa está situado na Região Oeste do Paraná (Brasil) e tem a particularidade de estar compreendido no contexto da faixa de fronteira internacional do Brasil, Paraguai, Argentina (Fig. 1).

De acordo com os parâmetros do (IBGE, 2010) e da Política Nacional de Assistência Social/ Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2004), Toledo se configura como município de grande porte (mais de 100 mil habitantes). Ele conta com serviços estruturados e compatíveis com as tipificações estabelecidas pelas políticas públicas de saúde, assistência social, educação, dentre outras.

Figura 1 – Localização do município de Toledo



Fonte: Figura elaborada e cedida por Cristiane Klein (mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA)/Unioeste, 2015.

A pesquisa-ação conforme Tripp (2005, p.445), “é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela”. Assim, optou-se por assentá-la em dois procedimentos básicos de investigação: a observação sistemática (participante) e a realização de entrevistas (individual e grupal). Conforme previsto no projeto de pesquisa, esses procedimentos são efetivados no transcórre das ações de organização e planejamento, dos encontros ampliados, nas reuniões de articulação e nas reuniões de sistematização, isto é, por todos os espaços e processos nos quais estão inseridos diferentes profissionais das políticas públicas em Toledo/PR, cujas intervenções são momentos que podem afirmar, negar ou adiar a concretização da proteção social.

A observação sistemática é uma técnica de investigação que se põe no campo da pesquisa qualitativa e tem como diferencial o fato de o pesquisador poder constituir-se como parte do processo, das questões e dos temas que estão sendo investigados. Em face a essa imersão do pesquisador no ambiente pesquisado há sempre o risco de que esse impregnar com sua subjetividade o processo de coleta de dados e de análise dos resultados. Mas, por outro lado, essa mesma imersão tende a ser profícua para a obtenção de alguns dados que não seriam possíveis de serem observados e coletados caso o pesquisador não fosse parte do ambiente e das condições investigadas. Apesar desses riscos, consideramos importante o uso dessa técnica porque por meio dela tem sido possível antecipar a percepção de fatores inibidores à concretização do trabalho que se está realizando para a efetividade da RIPS-Toledo.

Para o presente artigo, tratar-se-á de refletir sobre alguns dos resultados da investigação obtidos por meio da observação sistemática (participante), dado que as autoras são membros constituintes da **EM RIPS/Toledo**.

Essa observação sistemática se foca na captação de fatores inibidores, isto é, aqueles que atrapalham, confundem ou retardam e por isso funcionam como obstáculos à pactuação intersetorial no âmbito do trabalho desenvolvido pela RIPS/Toledo. O processo investigativo foi deflagrado no segundo semestre de 2015, momento em que se iniciaram os encontros, na

época, não sistemáticos, e se deram os passos preliminares para a constituição desse trabalho intersetorial.

No aludido momento, a intenção era a de poder dar materialidade a prática intersetorial, buscando com isso corresponder aos conteúdos expressos nos documentos norteadores das políticas públicas, após Constituição de 1988. Esse investimento de esforços para a construção de condições objetivas para o trabalho intersetorial foi liderado por alguns assistentes sociais que integram serviços do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no município de Toledo (PR), na esfera da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Serviço Social do Ministério Público e docência no curso de Serviço Social, por meio do qual se realiza a extensão universitária com o PAPPCA - Unioeste.

Tendo aprontado o Projeto e logo na execução da primeira atividade de busca de informação sobre a experiência de um município vizinho a Toledo, o de Cascavel, foi possível agregar espontaneamente ao grupo de trabalho que se formava alguns profissionais de outras áreas de formação, tais como: direito, psicologia e enfermagem. Dessa forma, a Equipe de Mobilização da RIPS já nasceu multidisciplinar, mas contou com o estímulo e a provocação para a organização desse trabalho advindo de profissionais de Serviço Social. Esses assistentes sociais que aceitaram o desafio de se colocar na liderança dessa iniciativa, não como na condição de facilitadores de alguma coisa que se lhes seria exterior, mas como protagonistas de algo novo que se gestava.

As observações sistemáticas foram realizadas no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, compreendeu quarenta e quatro (44) reuniões da **EM** com diferentes profissionais da rede de atendimento das políticas públicas e mais seis (6) encontros ampliados nos quais se tratou de debater a compreensão teórica e o caminho a ser percorrido para construção da experiência local de intersectorialidade, bem como a entrega dos Protocolos I, II e III, os quais versam sobre a temática do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, prevista como Medida Protetiva pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990 e atualizações). Foi nesse ambiente das reuniões e encontros que empreendemos a primeira etapa da investigação, observação sistemática, por meio da qual foi possível captar alguns fatores inibidores ao curso de trabalho previamente delineado por aqueles que estão concretizando a ação da intersectorialidade. Para a composição desse trabalho destacamos dois desses fatores, sendo eles: a) espontaneísmo na associação e b) frágil agregação teórica sobre o significado e as exigências para a intersectorialidade.

Primeiro fator, curiosamente, está caracterizado pela aglutinação instantânea, uma agregação de caráter rápido e inesperado. Esse tipo específico de movimento de aglutinação de diferentes profissionais, contraditoriamente, pode se constituir num importante risco para a perenização da experiência. Pois, tão rápida é a convergência, tão acelerada pode ser a dissolução por algum tipo de acontecimento, de experimentação de conflito, seja ele em relação a **EM** ou de alguns membro da equipe para com seus pares na operacionalização da política.

Isso pode se evidenciar quando os membros desse tipo de associação ainda não estejam preparados para as alternativas de entendimento. E isso é uma contradição importante. Pois, se a intersectorialidade requer aproximação e associação, quando essa se processa de forma imediatista, sem que as disputas de interesses tenham sido minimamente regradadas, quando eclode o primeiro conflito, a crise de divergências com relação ao andamento dos trabalhos, corre-se o imenso risco de implodir a frágil organização e trama de relações profissionais; bem como tornar desacreditada a validade das iniciativas intersectoriais.

Diante de tal situação, caso não se conte com medidas incisivas que consigam contornar os efeitos da crise, a incipiente associação torna-se abrupta dissociação. E, como consequência,

aqueles profissionais que viveram a crise de forma incontornável tenderão aos comportamentos e narrativas defensivas acerca da viabilidade da prática intersetorial. Pois, os fios da trama que foram relegados são aqueles que não conseguiram trançar os laços e atar os nós que fixam a posição em defesa da intersetorialidade. Do que se depreende que o espontaneísmo exerce um papel ambíguo no processo de constituição da prática intersetorial. Percebeu-se que caso não existisse na **EM** o exercício profissional do Serviço Social ter-se-ia perdido a iniciativa ainda no seu nascedouro, pois a intervenção do assistente social sustenta o eixo de convergência dos objetivos do trabalho.

O segundo fator inibidor observado diz respeito à fragilidade de entendimento conceitual sobre o significado de intersetorialidade e sobre as enormes exigências para torná-la concreta. A inconsistência no entendimento acerca das implicações e das exigências para tramar a prática intersetorial dificulta a que os envolvidos lidem com as ocorrências, os impasses e as resistências como elementos característicos de defesa das práticas setoriais e de suas estruturas de poder consolidadas. E, por isso, se põem como importantes e duras barreiras a serem vencidas. Face à presença da resistência setorial que funciona como fator inibidor é necessário, no cotidiano, a todo tempo suscitar o exercício da reflexão e a recuperação do referencial teórico como condição para se reaproximar dos componentes da interpretação sobre o que se configura como intersetorialidade, expressando a conquista do saber, que se processa em contínuas superações e novas contradições que aparecem nas inovações alcançadas.

Esse é um momento ímpar para as contribuições do Serviço Social na interlocução da pesquisa e extensão universitária com as demais organizações da sociedade. Para com isso persistir nas iniciativas de alinhar os consensos acerca da abrangência e do direcionamento a ser impresso pela solução intersetorial a ser dada. Importa destacar que não são todas as profissões e nem mesmo são todas as formações profissionais em Serviço Social que se debruçam sobre o arcabouço explicativo-interpretativo sobre o que define o significado da intersetorialidade. Diante disso, muitos pronunciam o termo, mas poucos têm clareza a respeito do que está se tratando. Então, como consequência, desconhecem as exigências, os rigores, inerentes à construção da prática intersetorial. Uma dessas exigências é a disponibilidade de tempo e a tenacidade de propósito para suportar os longos períodos de tempo e as muitas idas e vindas que são necessárias para ir confeccionando os acordos, isto é, os laços e nós (as conexões) que fazem as sínteses e dão impulso para as ações subsequentes.

Quando os integrantes da **EM** RIPS se desprendem do referencial explicativo sobre a intersetorialidade, eles tendem a não darem o devido valor a cada um dos pequenos atos e ações empreendidas para tornar factível uma dada estrutura de pactuação que permite o seguimento do trabalho intersetorial. Aqui, também, se reitera a necessidade e a importância de estar reconhecida no bojo da experiência uma dada intervenção profissional, no caso em tela feita pelo assistente social, que consegue fazer a convergência de objetivos e repor os argumentos da base teórica para que num processo contínuo de ação-reflexão os demais membros da **EM** se sintam estimulados e se re-energizem para prosseguirem no desafio de consolidar a prática intersetorial da RIPS.

Assim, coloca-se em evidência a ação de extensão e pesquisa desenvolvida pelos docentes integrantes do PAPPCA, que tem buscado contribuir com suas ações e informações no sentido de orientar as tomadas de decisões dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos com relação à definição de programas e projetos que prestem atendimento a crianças e adolescentes, de forma a oferecer alternativas atraentes que diminuam o risco de vulnerabilidade dos mesmos às condições que os levem a serem vitimados por refrações da “questão social”.

Com isso, objetiva-se aumentar a cooperação para com as iniciativas que pretendam

mudanças em algumas das condições em que os essas crianças e adolescentes vivem, para aumentar a oferta de oportunidades saudáveis, para com isso contribuir para a diminuição da incidência de violações de direitos e violências.

CONCLUSÃO

Dado o caráter político das relações que se estabelecem intersetorialmente tem-se, ao longo de todo o processo, resistências quanto a essa forma de atuação, provenientes de diferentes profissionais e de órgãos que são partes constituintes da RIPS. Isso devido a uma lógica de trabalho que é, historicamente, segmentada e individualizada. Contudo, o enfrentamento a essa resistência e a diminuição de sua de influência já pode ser percebida. Gradativamente, mais profissionais, órgãos e instâncias têm feito adesão ao funcionamento da RIPS e se tornando, também, mobilizadores e/ou executores das propostas pactuadas.

Durante os diferentes momentos de pactuação organizados pela RIPS se fazem presentes os conflitos e as tensões entre as perspectivas diversas. Contudo, a **EM** considera como profícua a explicitação de tais conflitos e das divergências porque a partir do que é conhecido se pode pensar caminhos e sugerir intervenções para aquilo que, até então, se apresenta como impasse. Divergências não podem continuar a serem admitidas como empecilhos. Em certa medida, elas são dificuldades intrínsecas a um tipo de trabalho de tal natureza e envergadura.

No ambiente da RIPS é-se provocado a abrir mão da defesa de interesses corporativos (de cada segmento profissional) e é-se estimulado a investir no aprimoramento da pactuação coletiva. Dessa forma, com os resultados se têm mostras concretas do crescente engajamento dos profissionais de diferentes políticas públicas setoriais que se tornam aliados para projetarem coletivamente a direção, os fluxos e os protocolos que representam as respostas possíveis às requisições de serviços e as demandas por direitos sociais.

Saber lidar e superar os fatores inibidores à prática intersetorial é o que vai nos possibilitar oferecer aos usuários das políticas públicas atendimentos referenciados em padrões de qualidade que tenham correspondência com, no mínimo, a ideia de justiça social que fundamenta modelo de Estado de Direito inscrito na ordem constitucional brasileira em 1988. Com a qual, a profissão de Serviço Social subscreveu sua solidariedade, desde 1993.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *In: Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 179-199.
- BIDARRA, Z. S. Pactuar a intersetorialidade e tramas as redes para a construção do sistema de garantia de direitos. *In: Serviço social e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009. p.483 - 497.
- BIDARRA, Z. S. **Projeto de apoio à política de proteção à criança e ao adolescente - PAPPCA**. Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Curso de Serviço Social, 2011.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** - PNAS. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 maio 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8069, de 13 julho de 1990. (1990 e atualizações). Brasília: SDH, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 4 maio 2018.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUARÁ, I. M. F. R. (org.) **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História/NECA, 2010.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *In*: CRESS-CE (ed.). **Caderno Debate**, Fortaleza, n. 6, 1997.

IBGE. **Censo populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=793>. Acesso em: 4 maio 2018.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, n. 22, p. 102-110, 2001.

SASSON, S. K. H. C. *et al.* Iniciativa interinstitucional para a construção da Rede Intersetorial de Proteção Social de Toledo/Pr (RIPS). *In*: ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO, 6., 2016, Florianópolis. **Anais [...] Comunicação oral**. Florianópolis, 2016.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 3, v. 31, p. 443-466, dez. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Acesso em: 4 maio 2018.

WANDERLEY, L. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 156-177.

YASBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. *In*: CFESS (ed.), **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. v. 1. Brasília: ABEPPS/CEAD-UnB, 2009. p. 1-28.

Data de recebimento: 05 de setembro de 2019.

Data de aceite para publicação: 29 de outubro de 2019.